

Se o valor das sacolinhas está embutido no produto, está errado

Por Giuliano Moretti | 16 de abril de 2015



Ao falarmos sobre sustentabilidade, somos só eloquência na defesa dos grandes ideais sobre o tema. É bonito de se ver belas ideias que constroem, na teoria, um mundo ambientalmente equilibrado e socialmente mais justo. Não há nada de errado, até aí, em verbalizarmos a sustentabilidade tão almejada pelo coletivo.

O mais difícil, porém, é a concretização de ações que levam aos resultados pretendidos, o que exige mudanças em nossa rotina, conforto e até aumento do custo do consumo. Às vezes, a dificuldade de realização da sustentabilidade também se dá em razão da complexidade das proposições, que exigem grandes esforços sobre diversas variáveis influentes na problemática socioambiental. Variáveis que, ainda, são dependentes de decisões de diversos atores nem sempre alinhados em seus anseios. Isto justifica o motivo pelo qual a sustentabilidade não se faz da noite para o dia. O processo democrático, imperativo para a convergência dos múltiplos objetivos, também contribui para a lenta maturação das soluções propostas pelas partes envolvidas.

No entanto, existem situações mais simples em pauta, que requerem unicamente bom senso e um mínimo de educação sobre o tema. Por exemplo, o caso que trata das novas sacolinhas fornecidas pelos supermercados de São Paulo.

É fato indiscutível a importância de se adotar melhores soluções para a produção e o uso dessas sacolinhas. Já é de amplo conhecimento que a quantidade delas e o seu material não biodegradável promovem impactos significativos no meio ambiente. Não apenas no ambiente natural, em que os produtos acabam por interferir no fluxo ecossistêmico de modo destrutivo, mas também no ambiente construído. Nele, os produtos se depositam em galerias pluviais, causando enchentes e todos os seus transtornos. Quando em aterros sanitários, controlados ou

lixões, levam décadas e até séculos para se decompor. Muito disso, é claro, se soma à falta de educação sanitária e ambiental da população, que ainda tem outras preocupações supostamente consideradas mais importantes do que cuidar da geração e da destinação do seu próprio lixo.

Em termos ambientais, o ideal mesmo seria abolir o fornecimento dessas sacolinhas, obrigando o consumidor a se utilizar de meios próprios para o acondicionamento de suas compras, como em determinados países desenvolvidos. Em termos sociais, porém, a questão não é tão simples. De quê adianta resolver o problema ambiental se o problema social for agravado? Afinal, qual é o tamanho da indústria de sacolinhas? Quantas famílias dependem desses produtos? Portanto, não é uma questão

exclusivamente ambiental; é social também. Mais uma vez, é aí que entra a visão sistêmica para a busca de soluções.

Além disso, o conforto do reúso da sacolinha para acondicionar nosso lixo de cada dia é mais uma comodidade desse produto. Se fossem abolidas, contudo, seríamos obrigados a controlar melhor nossa geração doméstica de resíduos. Aprenderíamos a fazer a compostagem dos orgânicos, retornando os nutrientes de forma inteligente ao solo e derrubando a necessidade de destiná-los aos aterros.

Mas e os recicláveis, como seriam acondicionados para a devida destinação? Talvez encontrássemos meios mais rápidos para reduzir o consumo de produtos que os geram, forçando os fabricantes a se utilizarem

de menos embalagens. Seria a aproximação de uma geração mais baixa de resíduos, em que precisaríamos de menos sacos plásticos para acondicioná-los. Embora já existam pessoas na luta a favor da geração zero, colocando-a em prática, isto ainda está muito longe de se firmar para o todo coletivo. É uma daquelas soluções que demandam múltiplas variáveis e atores, bastante morosas, como mencionado anteriormente.

Proibir as sacolinhas está, pelo menos agora, fora de cogitação. A solução bem menos drástica encontrada pela prefeitura de São Paulo (e, há algum tempo, pela de Curitiba) foi exigir o uso das sacolinhas biodegradáveis, que levam muito menos tempo para se decompor no ambiente. Ao contrário de Curitiba, São Paulo inovou ao adotar dois padrões de cores, objetivando

educar a população para a correta segregação dos orgânicos e dos recicláveis. Só que os supermercados vêm cobrando pelas sacolinhas de modo explícito, o que tem gerado polêmica e intervenção até do Procon local. E tem muita gente reclamando da cobrança. Pois bem, falar sobre sustentabilidade é muito fácil. Mas quando ela interfere na comodidade e na nossa já estabelecida e facilitada rotina, torcemos o nariz.

Por um lado, a reclamação tem suas razões. O Procon afirma que o valor das sacolinhas já está embutido no valor dos produtos comprados nesses estabelecimentos. Por outro lado, a reclamação é mais um protesto contra o preço da sustentabilidade. A sacolinha é mais cara por motivos tecnológicos e mercadológicos, mas é possível afirmar

também que um deles seja seu maior grau de sustentabilidade.

Sob este ponto de vista, quando as externalidades passam a ser valoradas e incluídas na responsabilidade do consumidor, refletindo diretamente nos seus custos de vida, a história muda de humor e a sustentabilidade se torna uma vilã. A pouca consciência sobre a necessidade de se internalizar os custos ambientais, seja pelas empresas, seja pela população, provoca indignação na hora de pagar a conta ambiental. Não se discute, é claro, que se houver a cobrança dupla, configurando vantagens econômicas e ilícitas, isto deve ser resolvido pelos órgãos competentes. Mas uma coisa é certa: se o custo da sacolinha é diluído no valor dos produtos do supermercado, está errado, pois a falsa sensação de gratuidade promove seu consumo exagerado e supérfluo.

Por enquanto, o consumidor está perdido, sem a certeza de que está pagando duas vezes pela sacolinha biodegradável. Quando isso for resolvido, o valor deverá ser necessariamente evidenciado para a população, que as comprará de forma discriminada na boca do caixa. Assim como a evidenciação dos impostos na nota fiscal promove maior consciência sobre o quanto o Poder Público arrecada em cada produto, o valor cobrado em separado das sacolinhas servirá como mais um suporte à educação ambiental. Mexendo no bolso do consumidor, a exemplo da energia elétrica e dos produtos orgânicos (guardadas as respectivas diferenças, que incluem variáveis políticas e de mercado que também os encarecem), ele será mais comedido no consumo, bem como passará a entender melhor o que significa pagar, mesmo que

parcialmente, pelas externalidades ambientais geradas por suas compras.

Ao lado das empresas, como consumidores devemos assumir os custos ambientais dos produtos. Se soubermos exatamente o que estamos comprando, é possível que sejamos muito mais cautelosos com nossas escolhas de consumo. E isto só será possível se passarmos por um amplo processo de educação ambiental, seja pela autêntica consciência sobre a necessidade de se respeitar o ambiente, seja pela dor no nosso próprio bolso, desencadeada pelo claro financiamento das externalidades ambientais.

Fonte Original:

<http://preservaambiental.com/se-o-valor-das-sacolinhas-esta-embutido-no-produto-esta-errado/>